

Mauro compra 1,2 milhão de doses da vacina Sputnik V

Gilberto Leite



O governador Mauro Mendes (DEM) acaba de anunciar a compra de 1,2 milhão de doses da vacina Sputnik V, de origem russa, contra a covid-19. A compra foi firmada pelo governo estadual e cada dose custará o valor de US\$ 9,95. O ato de assinatura do contrato foi realizado nesta quarta-feira, 31 de março. O montante é quase três vezes maior que o total já enviado pelo governo federal. Até o momento, Mato Grosso recebeu 447.960 doses de vacina contra a covid-19, divididos em lotes da CoronaVac, do Instituto Butantã em parceria com a Sinovac, e da Covishield, da AstraZeneca em parceria com a Oxford

PÁG. 3

Mato Grosso mergulha no luto

Gilberto Leite



Dados da Secretaria de Estado de Saúde mostram que março foi o mês mais letal da pandemia. Superando a soma de mortes registradas entre os meses de novembro de 2020 e fevereiro de 2021, março já confirmou o triste saldo de 1.901. Dessas, 1.215 foram registradas só nos últimos 15 dias. Entre os números, já não há mais a prevalência de idosos, grupo mais atingido na primeira onda. É cada vez mais comum o óbito de jovens e adultos sem comorbidades

PÁG. 6

AGU é contra RGA do Judiciário

A Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou pela inconstitucionalidade da lei estadual nº 11.309/2021, que concede a Revisão Geral Anual (RGA) de 4,48% aos servidores do Poder Judiciário. O principal argumento do advogado-geral da União substituído, Fabrício da Soller, é que a lei apresenta vício de iniciativa, pois deveria ter partido do chefe do Executivo. Além disso, ele cita que a lei descumpriu norma federal que proíbe aumentos para servidores públicos durante o período de pandemia

PÁG. 3

“Sem consenso, vamos ter um abril muito difícil”

Gilberto Leite



O secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, prevê que o mês de abril será ainda mais difícil que os meses anteriores por falta de conscientização da população e também dos gestores municipais quanto à necessidade de quarentena. Em conversa com jornalistas, ele voltou a defender o aperto das restrições diante do colapso da rede de saúde e do crescimento do número de casos

PÁG. 5

Novo alerta de falta de oxigênio

O consumo de cilindros de oxigênio pelas unidades de saúde quintuplicou. Em carta enviada ao governo de Mato Grosso pela White Martins, a empresa se dispôs a fornecer 18 tanques pequenos de oxigênio para ampliar a capacidade de armazenamento dos hospitais, mas depende de ajuda para o transporte destes tanques, que estão em Minas Gerais. No novo alerta emitido, ela pede ajuda emergencial, com apoio da Força Aérea, para que as pessoas não morram por falta de oxigênio

PÁG. 6

A contragosto, Emanuel decreta quarentena: “não faz sentido”

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), anunciou na tarde da última terça-feira (30) o novo decreto municipal 8372/2020, com medidas restritivas que passam a valer nesta quarta-feira (31) até o dia 9 de abril. O decreto foi feito para cumprir a determinação da desembargadora Maria Helena Póvoas, presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que tornou impositivo o decreto estadual das classificações de risco. Antes de anunciar o decreto, Emanuel disse que está sendo atropelado pelo governo estadual e o Ministério Público

PÁG. 4

EDITORIAL

O mínimo para viver

Enfim, um alento à população mais necessitada do Brasil. O auxílio emergencial voltará a ser pago a partir da próxima terça-feira (6). Pelos próximos quatro meses, as famílias terão direito a receber o benefício, que mal cobre o valor da cesta básica, já que os valores variam entre R\$ 150 e R\$ 375, mas já é uma ajuda nestes tempos tão difíceis de pandemia. A previsão é que pelo menos 45,6 milhões de pessoas irão receber o novo auxílio, bem menos do que na primeira edição.

O novo auxílio é muito bem-vindo para uma população que está ficando cada

vez mais pobre. Levantamento realizado pelo Instituto Locomotiva, em parceria com a Central Única das Favelas (CUFA), aponta que 8 em cada 10 moradores de comunidades não conseguem se alimentar sem depender de doações. A pesquisa aponta também que 71% das famílias das favelas brasileiras estão sobrevivendo com menos da metade da sua renda e 93% não têm qualquer dinheiro guardado.

O valor ainda está muito abaixo do que seria necessário para garantir a alimentação de uma família neste momento. O governo se justifica,

alegando que essa despesa é extraordinária e não estava prevista inicialmente. Por isso, representa ainda mais dívida para o já combalido orçamento federal, aquela peça de ficção que dificilmente será cumprida.

É preciso ressaltar, no entanto, que se de uma obrigação do Estado para com seus cidadãos, de nos proteger em meio à mais grave crise sanitária que já nos acometeu. Ser forçado a escolher entre “morrer de fome” ou “morrer de doença” é um absurdo. É dever da União garantir saúde, moradia e dignidade, principalmente quando consideramos a montanha de impostos que são pagos diariamente pelos brasileiros. É o momento de reter os altos salários pagos às ‘castas’

mais elevadas da sociedade para ajudar aqueles que mais necessitam.

Importante destacar também que o auxílio emergencial contribui muito mais para a economia do que os supersalários, pois amplia o acesso da população ao mercado de consumo. Vale lembrar que a queda no PIB brasileiro do ano passado só não foi pior por causa da injeção de recursos pelo auxílio emergencial. Ao fim de junho do ano passado, os analistas chegaram a prever uma queda de 6,6% no PIB em 2020, com os mais pessimistas oulando falar em um baque de 10%. Ao final do ano, constatou-se queda de 4,1%.

Os números e o exemplo do passado mostram que so-



correr a população em neste momento tão difícil é a melhor forma de também garantir a retomada econômica em tempo recorde. Tivéssemos ouvido tais alertas desde o começo, talvez não estaríamos sofrendo tanto agora para ‘engrenar’.

Não se engane. Apesar de seu nome, o auxílio emergencial não é um favor do governo federal, mas um dever do Estado para com seu povo.

A paixão inconveniente

Francisney Liberato (*)

Assim nós temos essa grande multidão de testemunhas ao nosso redor. Portanto, deixemos de lado tudo o que nos atrapalha e o pecado que se agarra firmemente em nós e continuemos a correr, sem desanimar, a corrida marcada para nós. Hebreus 12:1

Conhece aquele casal que vive como se o mundo fosse acabar? Ficam juntos 24 horas mental ou pessoalmente. Quem sabe você já foi assim um dia, ou ainda é.

Passa o tempo e aquele encanto ainda continua, só que agora o homem se torna uma pessoa possessiva e ciumenta. Vive monitorando e observando a namorada em todos os momentos, como se quisesse controlar a vida dela.

Na vida daquele homem não existe nada e ninguém para alertá-lo sobre a situação na qual se encontra. Ele está preso em outra dimensão, e não são os pais, os amigos e os familiares que o fazem pensar de forma diferente. Nada muda, pois está fissurado naquela menina. O namorado não quer mudar.

Por outro lado, a menina está se sentindo sufocada tendo a sua vida limitada e sem liberdade. Todavia, está muito apaixonada ou simplesmente é dependente emocional

do namorado, mas ainda não tem ciência do fato. Ela não consegue se desgarrar das mãos daquele jovem. Ela quer mudar, ser uma nova mulher, quer desviar o foco e passar a estudar mais, estar presente na companhia dos familiares e amigos, pretende buscar um emprego e novos horizontes, enfim.

Ela tenta mudar, tenta desistir do jovem, deseja ter uma nova vida. Ela não quer mais ser controlada por ninguém, mas a paixão ou a dependência emocional é mais forte que ela. Ela não possui forças suficientes para reorganizar a sua vida, pois está emocionalmente “presa” em um relacionamento abusivo.

O conselho de Hebreus diz: “o pecado que se agarra firmemente em nós”. O pecado nada mais é que a transgressão da lei. É não observar e não cumprir os princípios da vida estipulados por Deus. A sua ação (ou omissão) tem o intento de querer fazer a vontade do próprio “eu” e não de obedecer aos desígnios do Pai Celestial.

O pecado está disposto a ficar diuturnamente acompanhando a sua vida, espiando que você tropece, para depois te acusar e humilhar. Muitas vezes você não quer o pecado, mas ele é persistente e quer agarrar

e amarrar você, firmemente, de todas as formas.

O não agir e a falta de atitude já demonstram uma fragilidade e permitem, mesmo que indiretamente, que o pecado corrompa o nosso ser.

Na história imaginada, que também representa muito das nossas vidas e dos nossos relacionamentos, o namorado representa o pecado, e a namorada, o ser humano.

A namorada cedeu ao encanto do namorado e vive com ele um relacionamento abusivo, pois ele sempre vai se apresentar como um ser bom, educado, feliz, companheiro, apaixonado, mas com o tempo demonstrará a sua verdadeira face. A namorada deu brechas e se apaixonou pelo namorado, consequentemente, o vínculo foi criado.

Paixão inconveniente, por quê? A partir do momento em que você se encontra nas garras do pecado, dificilmente consegue sair. Vive aprisionado. Mesmo querendo buscar novas perspectivas de vida, não tem forças para quebrar esse vínculo, pois o pecado é uma armadilha, e temos dificuldades de nos desvincularmos dele.

O pior de tudo isso, sabendo que o pecado, o “namorado”, não vai largar de nós, ainda assim, vacilamos e permitimos que ele

entre em nossas vidas. Assim, a paixão inconveniente instala-se em nosso DNA.

Enfim, devemos nos atentar para que possamos deixar tudo para trás e buscar um “novo namorado”, pois o atual nos aprisiona e machuca o nosso ser. Por Deus nos tratar como únicos, Ele quer e pode ser o nosso novo namorado, e assim dar a nós uma vida com propósitos voltados para o bem e livres do pecado. Aquela paixão inconveniente já não mais existirá. O vínculo foi quebrado por aquele que tudo pode.

FRANCISNEY LIBERATO BATISTA SIQUEIRA é Auditor Público Externo do Tribunal de Contas de Mato Grosso. Escritor, Palestrante, Professor, Coach e Mentor. Mestre em Educação pela University of Florida. Doutor em Filosofia Universal Ph.D. Honoris Causa. Bacharel em Administração, Bacharel em Ciências Contábeis (CRC-MT) e Bacharel em Direito (OAB-MT). Autor dos Livros: “Mude sua vida em 50 dias”, “Como falar em público com eficiência”, “A arte de ser feliz”, “Singularidade”, “Autocontrole”, “Fenomenal”, “Reinvente sua vida” e “Como passar em concursos”.



Quase Tudo Embaçado

Lourembergue Alves (*)

Outro dia, bem cedinho, ao acordar-se, Luís abriu a janela do seu quarto, no nono andar de um prédio de esquina. Pela vez primeira, estranhamente, tudo estava embaçado. Levou ao rosto a toalha que trazia pendurado a um dos ombros, esfregou-a sobre os olhos. Nada adiantou. Continuava sem visualizar coisa alguma do lado de fora, ainda que tivesse a clareza de movimentação dos carros e de pessoas. Sentiu-se incomodado, sem estar preocupado, pois inexistia algo de errado com suas vistas. Afinal, enxergava tudo no interior do apartamento, até mesmo o mais sutil dos movimentos de três ou quatro formigas que se esbaldavam de meia dúzia de grãos de açúcar presos ao fundo de uma das xícaras deixadas na pia, cuja torneira, um tanto gasta, já não mais fechava direito, assim gotas d’água caíam sem parar sobre os talheres usados no jantar da noite passada.

Pensativo, deixou-se escorregar o próprio corpo sobre o sofá. Esparramou-se, enquanto seus olhos se fixaram ao lustre

de três pontas, com uma lâmpada em cada uma delas, pendurado ao teto, por uma corrente prateada, com um delicado desenho. Desenho que tinha sido copiado, sem tanta precisão, de um aposento de um dos palácios medievais, cujas visitas foram interrompidas por conta do lockdown do país. Palácio que chegou a ser transformado em prisão, no segundo quartel do século XX, onde foram levados dezenas, talvez centenas dos que se opunham ao regime instalado, o qual se valia da polícia política para perseguir, prender, torturar e, não raramente, matar. Crimes escondidos, escamoteados por falsos laudos, falsas perícias, por notícias mentirosas maciçamente publicadas. O véu que os encobria, por fim, foi retirado, e, a realidade que se viu foi bem outra, bastante diferente da contada e propagada por agentes do regime. Sem saída, os “antigos” algozes tentaram-se passar por heróis, e se valerem do contorcismo retórico para substituírem os fatos pelas versões (as suas, claro!) e o negacionismo para distorcer as verdades das ciências. Ressuscitaram o lisenkoísmo.

O céu se fez carrancudo. Desapareceu o arco-íris, e, com este desaparecimento, sumiu a crença à maior das promessas de Deus a humanidade. A esperança havida quase se esvaiu pelas ondas bravias das águas desgovernadas pelas Fak News, assemelhadas com a que se veem agora pelas correntezas violentas da pandemia do coronavírus, acentuadas pelos redemoinhos irracionais contra a ciência, a tudo que é científico, enquanto se realçam as sandices e a garoa do curandeirismo, mesmo que todas as associações e instituições de saúde continuem se posicionando do lado oposto, desacompanhados dos conselhos, transformados em agremiações partidárias.

Em meio a tudo isso, o crescente número de infectados e a quantidade cada vez maior de mortes. Mortes que abrem feridas nos seios das famílias. Feridas jamais cicatrizadas. Não as cicatrizam porque inexistem como parar a dor da perda (nem o tempo) que, tal como a lava do vulcão, destrói, machuca e enraíza. Enraizada. Mesmo a contragosto da insensibilidade e da inadmissibilidade de

culpas, cujas ondas se formam pelo vento do panfletarismo, o qual tenta abafar o eco da verdade científica e a dos fatos.

Há uma inversão das coisas. Dias sem o clarão do sol, tornam-se noites, e estas, em razão do escuro da cegueira do negacionismo, se dão sem a claridade da lua. Luís se encontrava à janela. Tinha os olhos fixos ao vazio do lado de fora. Nada enxergava. Tudo continuava turvo. Muito embaçado. Provisória, a cegueira se tornava permanente. Ele, porém, não estava nem aí. Não ligava. Satisfazia-se tão somente com o que enxergava, ainda que o enxergado nada tivesse com a verdade, e não passava de sombra, que havia penetrado pelas frestas de portas e das persianas, e invadido o ambiente, inundando-o pelo ar da insensibilidade, da insensatez e do estado alheio ao que acontecia lá fora. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Mais um março de reflexão

Gisela Cardoso (*)

Anualmente o mês de março é “inaugurado” com artigos e reportagens sobre o Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 08. Entre perspectivas otimistas e pessimistas, os holofotes para o gênero feminino passem entre nossas conquistas, avanços, alguns retrocessos, dados sobre nossa participação – ou falta dela – em espaços públicos e privados e, claro, a velha ponde-

ração sobre as flores e bombons. Neste ano, quis fazer diferente.

Após os 31 dias de março de 2021 gostaria de fazer um balanço do que é ser mulher na sociedade brasileira. Começo fazendo o óbvio: lembrando que estamos em uma pandemia e que muitas mulheres foram ainda mais afetadas por ela.

De acordo com o estudo “Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19”, o número de casos de feminicídio em 2020

cresceu 150% se comparado ao mesmo período (março e abril) de 2019. É triste e lamentável.

No cenário profissional a realidade também não é animadora. Muitas mães foram obrigadas a abandonar ou se afastar de suas carreiras para dedicar-se aos filhos, que com a suspensão das aulas presenciais permanecem em casa e necessitam de apoio nas aulas on-line.

Como disse ainda no começo de março para uma entrevista à TV Vila Real, é importante comemorarmos nossas vitórias, mas também é preciso ir além do apelo comercial.

O Dia Internacional da Mulher, o mês de março como um todo, aliás, serve como lembrete de luta. Ainda temos características marcantes do machismo e a desigualdade ainda impera, apesar de todo o avanço nos poderes Legislativo, Executivo e, claro, Judiciário. Vale lembrar: uma sociedade mais igualitária e justa passa por representatividade.

É esta representatividade que buscamos na Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Mato Grosso (OAB-MT), da qual orgulhosamente faço parte como vice-presidente. Por meio do Março Mulher, evento promovido anualmente pela Ordem juntamente com a Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT) e Comissão do Direito da Mulher (CDM), dialogamos com mulheres de diferentes áreas buscando uma sociedade com mais equidade.

Foi em busca desta igualdade que debatemos a mulher na política, com a desembargadora presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Maria Helena Póvoas; a primeira suplente do senador Carlos Fávaro, Margareth Buzetti; e as vereadoras por

Cuiabá, Edna Sampaio e Michelly Alencar; durante uma roda de conversa on-line no dia 17 de março.

Também foi em busca de ações efetivas para combater a violência doméstica que reunimos a desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Maria Erotides Baranjak; a deputada federal Rosa Neide; a presidente do Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDM), Gláucia Amaral; e a delegada titular da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher (DEDM), Jozirlethe Criveletto; no dia 24 de março.

Dentre as dezenas de questionamentos, todas nós concordamos de forma unânime com uma solução: a mudança concreta nesta sociedade necessariamente deve passar pela educação. Através da educação será possível uma mudança na cultura brasileira e, portanto, no comportamento de todos.

Temos uma das melhores leis quando o tema é, por exemplo, violência doméstica. Mas para fazer com que a legislação seja cumprida nós precisamos, enquanto mulheres e agentes sociais, ocuparmos ainda mais espaços de poder e mostrarmos que em uma sociedade mais igualitária todos nós – homens e mulheres – ganhamos.

Assim, espero que a mensagem do mês de março passa anualmente seja reverberada e, acima de tudo, permaneça nos meses, anos e, enfim, na vida de todas nós.

GISELA CARDOSO é advogada e vice-presidente da OAB-MT.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

LUZ NO FIM DO TÚNEL

Governador fecha acordo para compra da Sputnik V, com investimento total de R\$ 67,2 milhões; primeiras doses devem chegar já em abril

MT compra 1,2 milhão de vacinas

Mayke Toscano/Secom MT



Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) acaba de anunciar a compra de 1,2 milhão de doses da vacina Sputnik V, de origem russa, contra a covid-19. A compra foi firmada pelo governo estadual e cada dose custará o valor de U\$ 9,95. O ato de assinatura do contrato foi realizado nesta quarta-feira, 31 de março. As doses devem chegar entre abril e junho.

Segundo Mauro, caso o governo federal pague pelas vacinas, os lotes deverão ser incorporados ao Programa Nacional de Imunização (PNI). Caso contrário, as doses deverão ser destinadas à vacinação da população mato-grossense.

“Há mais de um mês, em parceria com o Con-

sórcio da Amazônia e do Nordeste, iniciamos as tratativas para compra da vacina Sputnik V. Hoje temos um acordo. O grande desejo da população é se ver livre desse tormento que tem tirado tantas vidas”, disse o governador.

Durante a coletiva de imprensa, o governador afirmou que prefere pagar pelas vacinas e permanecer com as doses para a população. No total, a compra sairá ao valor de U\$ 11,94 milhões (cerca de R\$ 67,2 milhões, na cotação atual).

Mauro também respondeu ao questionamento do Estadão Mato Grosso sobre a possibilidade de o Governo Federal requisitar as doses administrativamente, mesmo sem pagar por elas.

O governador afirmou que o risco existe, mas que o Supremo Tribunal Federal (STF) já firmou entendimento de que a União não pode requisitar administrativamente os bens pertencentes aos Estados. É o caso dos respiradores para equipar os leitos de Unida-



Mauro diz que governo federal não poderá requisitar doses de Mato Grosso sem pagar por elas

de de Terapia Intensiva (UTI), que foram requisitados pelo Governo Federal no ano passado. O Estado de Mato Grosso precisou da intervenção do STF para reaver os equipamentos.

“O risco existe, mas o Supremo Tribunal Federal já se manifestou

em matéria semelhante, movido inclusive por ações de alguns Estados, dizendo que a União não pode implementar aquisições administrativas em cima de bens dos Estados. Portanto, se nós pagarmos, o Supremo Tribunal já disse que a vacina é dos es-

tados. Agora, que nós pagamos, já passamos a ter propriedade. Se o Ministério [da Saúde] resolver pagar por essa compra que está sendo feita por todos os Estados, aí não há que se questionar porque quem paga é dono do produto”, disse.

Até o momento, Mato Grosso recebeu 447.960 doses de vacina contra a covid-19. O montante é dividido entre imunizantes da CoronaVac, do Instituto Butantã em parceria com a Sinovac, e da Covishield, da AstraZeneca em parceria com a Oxford.

TOLERÂNCIA ZERO

Emanuel Pinheiro defende prisão a quem fizer aglomeração

Da redação

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) afirmou na quinta-feira (1) que a Secretaria Municipal de Ordem Pública já tem um levantamento dos bairros de Cuiabá com maiores índices de ocorrências de festas clandestinas e irá aplicar as sanções cabíveis com tolerância zero.

Apesar de ter decretado quarentena para cumprir ordem da Justiça, o prefeito defendeu a continuidade do comércio aberto, desde que respeite as normas de biossegurança. Ele disse que teve uma reunião com o secretário de Ordem Pública, Leovaldo Salles, para que intensifique a fiscalização e até deter quem promover aglomerações.

“Paras as festinhas clandestinas, para as aglomerações, para os engraçadinhos, irresponsáveis, que acabam colocando quase toda so-

cidade no balaio deles, é tolerância zero, é caçada mesmo. É ir para cima e utilizar o rigor das leis e dos decretos, que inclusive cabe detenção para quem descumprir as medidas de biossegurança diante da maior crise sanitária da história”, declarou.

Segundo Emanuel, as aglomerações e festas clandestinas são a principal razão para o aumento expressivo no número de novos casos de covid-19 em Mato Grosso. Por isso, ele montou uma força-tarefa de fiscalização para percorrer os bairros da capital.

Emanuel afirmou ainda que não consegue trabalhar devido à ‘interferência’ do governo do Estado e do Ministério Público nas tomadas de decisões na capital. Ele lembrou que foi eleito para ser gestor da cidade e que caso aconteça alguma coisa, certa ou errada,

ele é quem será cobrado da população.

“Fui eleito para tomar atitudes, mas agora eu não consigo trabalhar. Toda hora é uma sucessão de decretos estaduais tentando inibir a minha competência e prerrogativa de prefeito para tomar decisões. Quando sai o Estado entra o Ministério Público, dizendo o que eu tenho que fazer sem nenhuma responsabilidade”, disparou.

De acordo com o Decreto Municipal 8.372/2021, está proibida qualquer atividade de lazer ou evento que cause aglomeração (previsto no quarto item do artigo 1º).

Para denunciar aglomeração, a Secretaria Municipal de Ordem Pública (Sorp) disponibiliza o telefone 65-3616-9614 (disque denúncia), de segunda a sexta, em horário comercial. A população também deve acionar a Polícia Militar, via 190.

REDE PARTICULAR

Juíza nega suspensão das aulas presenciais em Mato Grosso

Da redação

A juíza Marina Pereira Ximenes, da 3ª Vara do Trabalho de Cuiabá, negou pedido formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado (Sintrae-MT) para suspender as atividades presenciais na rede privada de ensino em Mato Grosso. A decisão foi proferida na última quinta-feira (25).

O sindicato alegava que não há insumos básicos suficientes para garantir a segurança dos profissionais da educação neste momento de aumento dos casos de covid-19. Diante desse cenário, o Sintrae pediu a suspensão imediata das aulas e demais atividades pedagógicas e acadêmicas presenciais. Desde o começo de março, as aulas têm acontecido de

forma híbrida nas escolas particulares de ensino básico e superior.

Na decisão, a juíza disse que entende a gravidade do momento atual, mas lembra que o retorno das aulas foi autorizado pelas autoridades competentes e, por isso, o pedido não possui probabilidade de direito.

“Em que pese seja louvável a atuação do Sindicato autor que busca assegurar um patamar de saúde e segurança no trabalho superior aos impostos pelos próprios órgãos competentes para análise da matéria, certo é que os diplomas normativos existentes no momento autorizam o retorno híbrido e gradual às aulas. Sendo assim, considerando que, até o presente momento, o funcionamento das instituições de ensino encontra respaldo em

um farto conjunto de normas autorizativas, tenho por não configurado, a priori, o requisito da probabilidade do direito”, pontuou.

O Sintrae também solicitou que as atividades presenciais com trabalhadores que pertencem ao grupo de risco fossem suspensas, alegando a ausência dos insumos e de vacina, o que também foi negado pela magistrada.

“Da leitura detida da inicial verifico que o sindicato autor sequer indicou de forma precisa quais seriam as instituições de ensino que estariam descumprindo as normas de segurança, o que inviabilizaria até mesmo uma atuação concreta por esta Justiça Especializada no sentido de exigir a observância de tais normas”, disse a juíza.

AÇÃO NO STF

AGU é contra RGA de servidores do Judiciário

Gabriel Soares

A Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou pela inconstitucionalidade da lei estadual nº 11.309/2021, que concede a Revisão Geral Anual (RGA) de 4,48% aos servidores do Poder Judiciário. O principal argumento do advogado-geral da União substituto, Fabrício da Soller, é que a lei apresenta vício de iniciativa, pois deveria ter partido do chefe do Executivo Estadual. A petição foi protocolada na última segunda-feira (29).

Vetada pelo governador Mauro Mendes (DEM), a lei acabou promulgada pela Assembleia Legislativa no dia 16 de fevereiro deste ano, após derrubada do veto. Na ocasião, o governador alertou sobre o vício de iniciativa e o impedimento criado pela lei complementar federal 173/2020, que proíbe aumentos salariais e recomposições para todos os servidores públicos até o final de 2021.

Esses são os mesmos argumentos utilizados pelo advogado-ge-

ral da União. Na petição, a AGU aponta que a Constituição Federal estabelece que a RGA é feita na mesma data e com o mesmo índice para todos os servidores públicos. Além disso, depende de uma lei específica para tal, que precisa ser elaborada pelo chefe do Executivo, pois trata das despesas gerais do Estado.

“Nesses termos, conclui-se pela inconstitucionalidade formal da Lei Estadual nº 11.309/2021, por ofensa à reserva de iniciativa do Chefe do Poder

Executivo para propor a revisão geral remuneratória de servidores, nos termos dos artigos 37, inciso X, e 61, § 1º, inciso II, alínea ‘a’, da Constituição Federal”, diz trecho da petição.

Soller destaca ainda que esse entendimento já foi utilizado pela Suprema Corte em várias ocasiões anteriores, como no julgamento da ADI 3539, que pretendia conceder RGA aos servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

A AGU destaca ainda que a lei complementar

173 proibiu a concessão de reajustes salariais em todas as esferas do serviço público, como contrapartida para o plano de socorro aos estados em meio à pandemia de covid-19.

“O aludido diploma contrariou os postulados de harmonia e de cooperação que devem inspirar o relacionamento dos entes federados durante o enfrentamento de tão grave pandemia, infringindo, por conseguinte, o pacto federativo, em especial a competência da União para editar nor-

mas gerais sobre direito financeiro e para estabelecer limites de despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas, plasmados nos comandos inscritos nos artigos 18; 24, inciso I; e 169 da Constituição Federal”, argumenta.

O governo pede a suspensão imediata da lei nº 11.309 e, em posterior análise no plenário do STF, pede que seja declarada a inconstitucionalidade formal e material da norma, cancelando todos os efeitos da lei com efeito retroativo (ex-tunc).

A CONTRAGOSTO

Nitidamente contrariado, prefeito de Cuiabá decreta quarentena coletiva, mas busca brechas para liberar maior número de atividades possível

Emanuel segue decisão judicial



Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), anunciou na tarde de terça-feira (30) o novo decreto municipal 8372/2020, com medidas restritivas que passam a valer na quarta-feira (31) até o dia 9 de abril. O decreto foi feito para cumprir a determinação da desembargadora Maria Helena Póvoas, presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que tornou impositivo o decreto estadual das classificações de risco.

Pela norma estadual, as cidades com classi-

ficação de risco muito alto precisam entrar em quarentena coletiva obrigatória por 10 dias, suspendendo o funcionamento de todas as atividades não-essenciais. Ao todo, 50 municípios estão na lista de risco muito alto, entre eles Cuiabá e Várzea Grande.

Antes de anunciar o decreto, Emanuel afirmou que foi pego de surpresa com a decisão judicial e que está sendo atropelado por ações e decretos do governo estadual e também por intervenção do Ministério Público.

O prefeito revelou que só elaborou seu decreto após uma audiência com a presidente do TJMT, na qual expôs que 70% dos leitos de UTI são ocupados por pacientes do interior e apenas 30% da capital.

Emanuel tentou adequar seu decreto à decisão judicial, mas buscou brechas para encaixar

o maior número possível de atividades na categoria de essenciais. Por isso, usou como base o decreto federal 10.282/2020, do presidente Jair Bolsonaro, que lista cerca de 50 atividades como essenciais (veja a lista no site do Estadão Mato Grosso).

Além disso, aplicou escalonamento de horário para funcionamento dos setores, com o objetivo de evitar aglomerações no transporte coletivo.

Emanuel prometeu uma rigidez maior nas fiscalizações em eventos, festas, estabelecimentos e outros lugares que promovem aglomeração. Segundo ele, será 'tolerância zero' contra as pessoas que descumprem as normas de biossegurança.

"Os bons não podem pagar pelos maus. Isso não é justo e causa revolta mesmo na sociedade", falou.



Emanuel afirma que "não faz sentido" decretar lockdown neste momento da pandemia

"NÃO FAZ SENTIDO FECHAR TUDO"

Visivelmente contrariado em seguir a ordem judicial, Emanuel destacou que é contra a adoção de medidas mais restritivas neste momento. Ele diz que já fez isso na capital quando era necessário e não vê utilidade do 'lockdown' na situação atual, apesar do aumento

substantial no número de novos casos e de mortes por covid-19 em todo o estado.

Segundo Emanuel, o lockdown só serve para informar a população sobre o que é o vírus e como se proteger, ou para preparar o sistema de saúde. Ele afirma que nenhuma das

duas medidas são necessárias no momento atual. O prefeito também citou o fato de que quase 60 mil pessoas foram vacinadas contra covid-19 em Cuiabá.

"Depois de um ano de lutas e isolamento social, uma parcela da população continuou levando uma

vida normal e isso trouxe consequências. É uma realidade no mundo inteiro, mas não tem como chegar na sociedade e falar que tem que fechar tudo novamente, não faz sentido. Todos os municípios brasileiros receberam vultuosos recursos federais para que tivéssemos

condições de enfrentar a covid-19", disse.

Emanuel afirmou ainda que o fechamento das atividades não-essenciais cria caos na cidade e inspira o medo nos trabalhadores da iniciativa privada, que temem perder seus empregos.

"Os trabalhadores com medo de perder emprego

e não ter dinheiro para sustentar a sua família, o setor produtivo está falindo... Não podemos enfrentar o caos criando outro caos. Temos que aprender a conviver com o novo normal, com segurança e respeitando as medidas de biossegurança", concluiu.

ATRASO NA VACINAÇÃO

Mauro Mendes (DEM) cobra ação de prefeitos: 'tá ruim pra Mato Grosso'

Gabriel Soares

O governador Mauro Mendes (DEM) enviou mensagem a todos os prefeitos de Mato Grosso pedindo que atuem de forma mais firme para atualizar os dados sobre a campanha de vacinação contra a covid-19 no sistema do Ministério da Saúde. O 'puxão de orelha' aconteceu na quarta-feira (31).

Na mensagem aos prefeitos, Mauro destacou que Mato Grosso figura em último colocado no ranking de vacinação dos estados, divulgado pelo consórcio de veículos de imprensa.

"Quero pedir a colaboração e atuação mais firme dos prefeitos nessa campanha de vacinação. É muito ruim para o estado de Mato Grosso passar para todo mundo na mídia que é o estado em último lugar", disse o governador.

Além de 'pegar mal' para Mato Grosso na mídia, o baixo volume de doses aplicadas levou o Ministério Público de Contas (MPC-MT) a dar um 'enquadro' no governo. Na quarta-feira (31), o procurador-geral Alisson Alencar pediu que o Tribunal de Contas (TCE) apure o atraso da vacinação no estado, cobrando resposta do governo e dos municípios.

O governador afirmou ainda que o Estado tem feito a sua parte, que é a distribuição das doses de vacina, conforme o Plano Nacional de Imunização (PNI). Segundo dados do governo, a Secretaria Estadual de Saúde (SES) já entregou 445.995 doses de vacina aos escritórios regionais de saúde, o que representa 99% do total de 447.960 doses recebidas.



Mauro enviou mensagem a todos os prefeitos de Mato Grosso

Contudo, as prefeituras estariam 'deixando a desejar' na atualização do sistema do Ministério da Saúde, o que leva à defasagem dos dados.

"A nossa função é receber as vacinas, fazer a logística e fazer chegar aos municípios. Feita a vacinação, o pessoal precisa alimentar o sistema do ministério. Peço que os senhores prefeitos orientem, cobrem, ajudem os seus secretários de Saúde para que as secretarias, quando vacinadas, alimentarem o sistema do Ministério da Saúde", explicou.

O governador destacou que os próprios dados do Ministério da Saúde apontam para problemas na atualização do sistema, já que algumas prefeituras apresentam apenas 15% das doses vacinadas, o que derruba a média de Mato Grosso.

"Pelos dados oficiais, nós estamos com prefeituras com 15%, 20%, 30% de vacinação

das doses que recebeu, enquanto há municípios com 70%, 80%, 90%. Nitidamente existe algum problema de alimentação do sistema. Acredito que está todo mundo aplicando. Mas tem que aplicar e alimentar o sistema", concluiu.

CUIABÁ E VG - Os dois maiores municípios do estado são aqueles que mais contribuem para a defasagem dos dados. Na capital, Cuiabá, foram aplicadas apenas 57.717 das 95.588 doses liberadas até última quarta (31). Ou seja, cerca de 40% das doses distribuídas ainda não haviam sido aplicadas - ou sua aplicação não foi informada no sistema.

Em Várzea Grande, das 29.056 doses distribuídas, apenas 10.569 constam como aplicadas até última quarta-feira (30), segundo dados do Ministério da Saúde. Isso evidencia que mais de 60% das doses distribuídas ao município ainda não foram aplicadas.

ESTÍMULO À DESORDEM

Mendes assina carta contra notícias falsas

Da redação

O governador Mauro Mendes (DEM) e mais 15 governadores assinaram uma carta na segunda-feira (29), cobrando ações dos presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, para coibir a disseminação de notícias falsas de apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Os governadores criticam a crescente disseminação de materiais falsos, com o intuito de criar instabilidade institucional nos Estados. Os chefes de Executivo ressaltam o momento de crise sanitária e que a vida dos brasileiros está em risco.

"Os governadores, juntamente com os servidores públicos e profissionais do setor privado, estão lutando muito para garantir atendimento de saúde e apoio social à população. Enquanto isso, alguns agentes políticos espalham mentiras sobre dinheiro jamais repassado aos Estados, fomentam tentativas de cassação de mandatos, tentam manipular policiais contra a ordem democrática, entre outros atos absurdos", diz parte da carta.

O maior protesto, de acordo com a carta, é quando os propagadores de mentiras são autoridades federais, inclusive do Congresso Nacional, que violam os princípios da lealdade federativa.

Além de Mauro, assinam a carta, Belivaldo Chagas (SE),

Camilo Santana (CE), Eduardo Leite (RS), Fátima Bezerra (RN), Flávio Dino (MA), Helder Barbalho (PA), João Azevêdo (PB), João Doria (SP), Paulo Câmara (ES), Reinaldo Azambuja (MS), Renato Casagrande (ES), Ronaldo Caiado (GO), Rui Costa, Waldez Góes (AP) e Wellington Dias (PI).

MENTIRAS NO CONGRESSO - A deputada federal e presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Bia Kicis (PSL), disse em suas redes sociais que o policial morto na Bahia no último domingo (28) foi abatido pelos amigos de farda porque se recusou a prender trabalhadores e disse não às "ordens ilegais" do governador Rui Costa (PT) da Bahia.

O discurso ganhou força e logo foi repercutido nas redes sociais, mas a verdade é outra. Ele teve um surto e atirou contra seus colegas após uma intensa negociação com o Bope. Os policiais revidaram, causando sua morte.

A atitude da parlamentar rendeu críticas dos colegas, que pedem sua saída da CCJ. "Inexplicável a postura da presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, dep. Bia Kicis, que, na prática, estimula insurreição da PM contra o governador", afirmou o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

Depois da polêmica Bia Kicis apagou as publicações. Carla Zambelli (PSL) também apagou o conteúdo que tratava o policial como "mito".

CASOS SÓ AUMENTAM

Secretário alerta que pandemia deve ser ainda pior este mês, devido à falta de consenso entre os gestores sobre as medidas restritivas

'Teremos um abril muito difícil'

Gilberto Leite



Da redação

O secretário estadual de Saúde, Gilberto Figueiredo, prevê que o mês de abril será ainda mais difícil que os meses anteriores por falta de conscientização da população e também dos gestores municipais quanto à necessidade de quarentena. Em conversa com jornalistas na quarta-feira (31), ele defendeu que o isolamento e a vacinação em massa são os melhores remédios para a pandemia.

Gilberto destacou que o não cumprimento do

decreto estadual que prevê quarentena obrigatória, por 10 dias, nas cidades com risco 'muito alto' de contágio custará a vida de muitos mato-grossenses. Março foi o mês mais letal da pandemia até agora, com 1.901 mortes em Mato Grosso.

"Cada um de nós neste momento assume o risco que quer correr. É desconfortável, já temos uma lista de 200 pessoas à espera de um leito de UTI. Vamos ampliar leitos de UTIs toda a semana, mas, como já disse, essa é uma competição que não se vence. Vamos ter um mês de abril muito difícil em face dessa falta de consenso nas medidas que devem ser adotadas para proteger a população", disse.

O secretário também disse que fica frustrado ao ver um prefeito dizer que não vai cumprir um decreto ou fechar a cidade

de quando deveria, pois esses mesmos gestores procuram a Secretaria Estadual de Saúde (SES) com demandas de medicamentos, oxigênio e leitos de UTI.

Gilberto destacou que os prefeitos têm autonomia e arbítrio para adotarem as medidas que entendem necessárias em seus municípios, mas é preciso pensar no interesse coletivo e na situação atual da pandemia em Mato Grosso. Ele lembrou que o sistema de saúde já colapsou, tanto na rede pública quanto na rede privada, e é preciso a adoção de medidas que ajudem a reduzir o grau de contágio.

Nesta quarta-feira (31), Mato Grosso registrou 100 mortes por covid-19 em 24 horas. A ocupação dos leitos de UTI está em 98% e há uma fila de 157 pessoas aguardando uma vaga no tratamento intensivo.



Secretário se diz frustrado ao ver prefeito dizer que não fará quarentena, mesmo sem oxigênio e leitos na cidade

PEDIDO DO MP

Governador não fará novo decreto impositivo, diz PGE

Da redação

Francisco de Assis da Silva Lopes, procurador-geral do Estado, afirmou na última quinta-feira (1) que o governador Mauro Mendes (DEM) não deve emitir um decreto impositivo para interferir nas decisões dos prefeitos. Ele afirma que, caso haja uma insatisfação com os respectivos prefeitos, caberá ao Ministério Público Estadual (MPMT) tomar alguma providência.

Lopes esteve reunido com o governador na quinta-feira (1) e na noite de quarta-feira (31), após o MP ajuizar ação contra o governo do Estado, exigindo a adoção de medidas mais restritivas de forma impositiva. Mauro optou por manter o decreto 874/2021, que orienta medidas restritivas conforme o grau de risco dos municípios.

"Vai ser mantido o 874. O Estado não vai refazer decreto e vai se manter as recomendações conforme o grau de recomendações de cada município. Alguma ação é uma questão de Ministério Público e o decreto não vai ser alterado", disse Lopes.

Após o decreto estadual, cada município adotou uma estratégia diferente. Além disso, há uma polêmica sobre o que são as atividades classificadas como essenciais, já que o governo estadual não fez essa definição. Assim, a interpretação geral é as atividades são aquelas listadas no decreto federal 10.282/2020, que lista mais de 50 ramos de atuação.

Após uma decisão judicial tornar o decreto de Mauro impositivo, alguns prefeitos passaram a buscar brechas para man-

ter o funcionamento normal das empresas. Eles têm sido alvos de ações do Ministério Público, que pede mais rigor nas medidas restritivas.

Assim como a Justiça, o MP entende que o decreto de Mauro é impositivo e deve ser seguido 'ao pé da letra' pelos prefeitos.

"Quem decidiu o grau de fechamento ou não foi o Estado, através de um decreto, que tem força de lei e deve ser cumprido pelos municípios. Ao mesmo tempo que o governador lançou o decreto, ele disse que é meramente indicativo. Não é, porque lá está dizendo que é dever. Então esse é o motivo que nós entramos no Tribunal de Justiça, para dizer que esse decreto é impositivo [...] e os municípios têm que acatar", explicou o procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges.

DESCENTRALIZAÇÃO

MP vai à Justiça por mais pontos regionais de vacinação

Gabriel Soares

O Ministério Público Estadual (MPMT) ajuizou ação civil pública na última quinta (1), com pedido de liminar, pedindo que a Justiça obrigue o município de Cuiabá a criar novos polos regionais de vacinação no prazo de 24 horas.

Nos últimos dias, a cidade de Cuiabá registrou grandes filas de idosos no Centro de Eventos do Pantanal, único ponto de vacinação da capital. Apesar de ter adotado a estratégia de pré-agendamento, ainda é grande o número de pessoas que ficam na fila. O local não tem qualquer estrutura para que essas pessoas aguardem, deixando-as expostas ao sol e aumentando o risco de contágio.

Diante dessa situação, o MP pede ainda que sejam estruturados pontos de vacinação em todas as macrorregiões da capital, com o objetivo de evitar a formação de aglomerações, além de adotar a vacinação no esquema 'drive-thru'.

"A necessidade da disponibilização de vacinas para os idosos, como me-

didada adicional na prevenção da Covid-19, precisa ser facilitada ao máximo pelas autoridades sanitárias municipais", diz trecho da petição, assinada pelo promotor Wagner Cezar Fachone.

Fachone aponta que o exemplo de outras capitais mostra que a pulverização de locais de vacinação tem sido a estratégia mais adequada para imunizar a maior quantidade de pessoas sem formar aglomeração de pessoas.

"Deve-se evitar a aglomeração no local de vacinação, para proteger principalmente os nossos idosos, muitos desses há meses sem sair de casa, protegendo-se da doença, mas acabam sendo expostos em dia de vacinação, em boa medida por falha na estratégia de vacinação por parte das autoridades sanitárias municipais, que insistem em concentrar em um único polo a vacinação dessa parcela da população", destacou o promotor.

A promotoria instaurou procedimento administrativo e está acompanhando as fases da vacinação na capital,

conforme o programa nacional do Ministério da Saúde. No dia 22 de março, em reunião virtual, a Secretaria Municipal de Saúde informou que a opção por concentrar a vacinação em um único local se deu por causa da baixa quantidade de doses enviadas ao município.

A Prefeitura destacou que o Centro de Eventos comporta até duas mil pessoas e apenas 600 aplicações estavam sendo feitas diariamente, o que não comprometia as medidas de prevenção à covid-19.

A situação mudou desde que uma fake news começou a circular, com um falso calendário de vacinação, que levou as pessoas a lotarem o Centro de Eventos em busca do imunizante. Isso provocou a suspensão da campanha de vacinação por quase dois dias, gerando atraso no cronograma.

Para recuperar o tempo perdido, a Prefeitura propôs um mutirão com vacinação de até três mil idosos por dia. Houve também a adoção do sistema drive-thru, que também registrou filas.

AÇÃO NO TJ

MP questiona relaxamento excessivo em Cuiabá

Gabriel Soares

O decreto anunciado pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) na última terça-feira (30) é alvo de questionamento do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), que aponta um relaxamento excessivo da quarentena coletiva obrigatória em Cuiabá. Na quarta (31), o órgão de controle apresentou uma reclamação ao Tribunal de Justiça (TJMT) pedindo a suspensão de um trecho do decreto que levou à abertura de

atividades não-essenciais.

O trecho questionado é o artigo 3º do decreto nº 8.372/21, que trata das atividades essenciais autorizadas no período de quarentena. O MP argumenta que o prefeito incluiu nesta lista atividades essenciais que não estão elencadas no decreto federal 10.282/2020.

"A presente Reclamação funda-se no elastecimento indevido do termo 'atividades essenciais' prescrito pelos Decretos Estadual

e Federal. Em especial, combate-se o termo 'atividades econômicas do comércio em geral, varejista e atacadista' e 'atividades de prestação de serviços em geral' do Decreto Municipal ora questionado", destacou o procurador-geral de Justiça, José Antônio Borges Pereira.

De acordo com o procurador-geral, o governo de Mato Grosso não discriminou no decreto estadual quais são as atividades essenciais, motivo pelo qual aplicou-se o decreto federal nº

10.282, feito pelo presidente Jair Bolsonaro. Só que o decreto federal não autoriza o funcionamento do comércio em geral, como faz o decreto municipal.

Borges explica que o decreto federal autoriza somente atividades de produção, distribuição, comercialização e entrega relacionados a produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção; atividades de comércio de bens e serviços destinadas a assegurar o transporte

e as atividades logísticas de todos os tipos de carga e de pessoas em rodovias e estradas.

"O Gestor Municipal de Cuiabá entendeu por bem autorizar as atividades econômicas do comércio em geral, varejista e atacadista, limitando-as apenas quanto ao horário de funcionamento, ignorando completamente que o decreto federal assim não o faz", acrescentou.

O procurador-geral enfatizou que não cabe o atual momento de pandemia não permite

que os interesses particulares de um ou outro município se sobreponham aos interesses do Estado, conforme já havia destacado a desembargadora Maria Helena Póvoas na decisão que obrigou Cuiabá a decretar quarentena.

"O objetivo da imposição de medidas restritivas transcende os interesses locais, de forma que compete à municipalidade, se o caso, endurecer as medidas impostas pelo governo estadual, mas jamais afrouxá-las", concluiu.

MÊS LETAL

Estado teve mais mortes nos últimos 31 dias que a soma dos quatro meses anteriores; das 1.901 mortes de março, 1.215 foram nos últimos 15 dias

Março foi o mês mais letal em MT



Da redação

Dados da Secretaria de Estado de Saúde mostram que março foi o mês mais letal da pandemia. Superando a soma de mortes registradas entre os meses de novembro de 2020 e fevereiro de 2021, março já confirmou o triste saldo de 1.901. Dessas, 1.215 foram registradas só nos últimos 15 dias. A soma das mortes registradas nos quatro meses anteriores dá 1.800.

Entre os números, já não há mais a prevalência de idosos, grupo

mais atingido na primeira onda. É cada vez mais comum o óbito de jovens e adultos sem comorbidades.

As mortes estão cada vez mais próximas, fazendo vítimas conhecidas, como é o caso da empresária Conceição de Araújo Pinheiro e de seu esposo que era ex-presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Mato Grosso (CRECI), que faleceram com apenas 20 dias de diferença em decorrência da covid-19.

Outro caso foi o da esposa do vice-presidente do Shopping Popular, Sirlei Costa, que há 15 dias faleceu sem ter nenhuma comorbidade, em decorrência dessa doença.

O número de não-idosos que morreram por covid-19 neste mês já é de 21,15%, somando todas as faixas etárias entre 0 e 40 anos, com ou

sem comorbidades. No início o medo era apenas que essas pessoas levassem a doença e a transmitissem para pessoas de grupo de risco, agora eles são um risco para si mesmo.

Assim como eles, muitos outros se foram sem ao menos poder dizer adeus a seus familiares. Com a disseminação cada vez mais intensa do vírus, famílias inteiras estão sendo dizimadas. O relaxamento tem tomado conta da população e a preocupação geral está cada vez menor.

Dados das Secretarias de Saúde dos Estados mostram que em todo o Brasil foram registradas mais de 66,8 mil mortes pela doença só neste mês. O número é mais que o dobro do primeiro recorde de mortes, registro em julho de 2020, quando 32 mil pessoas perderam a batalha contra o vírus.



Pelos dados, é cada vez mais comum o registro de óbito de jovens e adultos sem comorbidades

LUZ NO FIM DO TÚNEL

Vacina comprada por Mato Grosso tem 91,6% de eficácia

Da redação

Aposta do governo de Mato Grosso para acelerar a campanha de vacinação no estado, a vacina Sputnik V registrou eficácia de 91,6% contra casos sintomáticos de covid-19. Na quarta-feira (31), o governador Mauro Mendes (DEM) anunciou a compra de 1,2 milhão de doses da vacina, com início das entregas em abril.

Produzida pelo instituto russo Gamaleya, a Sputnik V é a quarta vacina a ter resultados da fase 3 de testes publicados em uma revista científica, depois da Pfizer/BioTe-

ch, Oxford/AstraZeneca e a Moderna. Isso significa que os dados foram revisados e validados por outros cientistas.

Para chegar ao resultado da eficácia, foram analisados dados de 19.866 voluntários que receberam a primeira e a segunda dose, com período de 21 dias entre as aplicações. Desses, 14.964 tomaram a vacina. Outros 4.902 receberam um placebo.

A vacina russa também mostrou 100% de eficácia contra casos moderados e graves de covid-19. Os dados sobre a vacinação de idosos também são positivos: a efi-

cácia geral chega a 91,8% neste grupo.

Agências russas confirmaram a eficácia da Sputnik V contra as variantes do Amazonas, Reino Unido e África do Sul. No entanto, não divulgaram dados sobre os estudos.

Segundo os fabricantes, mais de 50 países já registraram pedidos ou estão em negociação para adquirir a Sputnik V. Entre os países que já estão usando estão a Rússia e Argentina. No país vizinho, mais de 400 mil doses já foram aplicadas, sem nenhuma ocorrência grave.

RETAGUARDA

Hotel doa andar inteiro para receber pacientes de covid-19

Da redação

Um hotel da capital mato-grossense ofereceu um andar inteiro para receber pacientes de covid-19 que precisavam de tratamento. O coordenador da área médica da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Carlos Augusto Carretoni, explica que a possibilidade de utilizar este espaço ainda está em fase de análise e que até o fim desta semana eles devem discutir a viabilidade.

“Lógico que existe um compartilhamento de custos, mas ofere-

ceram em decorrência dessa superlotação hospitalar”, acrescentou Carretoni, ao apontar que, no momento, eles têm procurado soluções inteligentes e que tenham o fluxo apropriado para quem possui a doença na fase leve ou moderada.

De acordo com o médico, um dos motivos que faz com que haja a explosão de casos de pacientes graves é a falta de acompanhamento necessário desde o começo.

“A virose é tão perspicaz que ela vai em cima da fragilidade or-

gânica da pessoa. A gente tem que estar à frente da complicação”, destaca o médico, ao ressaltar que é preciso rever os protocolos de atendimento, mas, também, que as pessoas precisam estar mais alertas em conhecer as fases da covid-19.

O nome do hotel não foi divulgado porque essa possibilidade ainda está em estudo.

Mato Grosso já soma 304.416 casos confirmados do novo coronavírus e 7.485 mortes em decorrência da doença, até as 14h43 da última segunda-feira (29).

ALTO RISCO

Falta de oxigênio liga alerta

Da redação

Com o constante aumento de casos de covid-19 em Mato Grosso, uma das principais fornecedoras de oxigênio para Mato Grosso, a White Martins, emitiu um novo alerta e pediu ajuda emergencial, com Apoio Logístico Aéreo da Força Aérea Brasileira (FAB), para que não faltar insumos nas unidades de saúde. O alerta foi enviado em forma de carta ao Governo de Mato Grosso na segunda-feira (29).

Na carta, a empresa informou que os volumes consumidos pelas unidades de saúde quintuplicaram comparativamente às médias de consumo ordinárias. A empresa aponta que só no mês de março, até a última sexta-feira (26), as médias de consumo giravam em torno de 7.865m³/dia, tendo ocorrido, inclusive, um pico de consumo identificado na primeira quinzena de 13.000m³ em um só dia.

Graciene de Oliveira, 30 anos, sentiu na pele a angústia para conseguir um cilindro de oxigênio para seu esposo, internado para tratamento da covid-19 em um hospital em Campo Verde (130 km da capital). A empresária conta que chegou a fazer uma peregrinação nos hospitais públicos de Cuiabá para conseguir atendimento, mas só conseguiu em uma unidade particular.

“Eles estavam recebendo os pacientes e mandando para casa com receituário para tratamento. Na receita, eles indicavam remédios e, se possível, uso do cilindro de oxigênio para ajudar na respiração, principalmente à noite, pois não era possível uma internação”, contou, em entrevista ao Estadão Mato Grosso.

O preço do aluguel de um cilindro de oxigênio para pacientes que se precisam tratar em casa chega a R\$ 1 mil para 30 dias. O cilindro dura, em média, de quatro a sete dias, considerando o uso

não-constante. O valor de uma recarga varia entre R\$ 100 e 280, de acordo com o tamanho.

Mesmo pagando, é preciso enfrentar uma fila de espera para conseguir um cilindro de oxigênio e, ainda assim, correr o risco de não conseguir, seja pelo custo ou pela falta do insumo. O pagamento desse item tão essencial era feito no fim da locação. Com o aumento da demanda, passou-se a cobrar já na retirada dos cilindros.

Na carta, a própria White Martins pede para que as unidades hospitalares usem o produto de forma racional e reavaliem a criação de novos leitos.

“Aproveitamos a oportunidade para reiterar a necessidade de otimização do uso de oxigênio, estimulando o uso racional do produto pelas unidades de saúde, bem como a adequação da infraestrutura e eventual ampliação da rede de distribuição de oxigênio de acordo com novos pontos de consu-



Em carta, a empresa pede ao governo de Mato Grosso para buscar solução permanente ao problema logístico do oxigênio

mo que a unidade hospitalar pretende criar”.

Eduardo Andraus, médico nefrologista e clínico geral, explica que o uso de oxigênio para tratamento de um paciente em casa varia conforme a gravidade da infecção. “Um exemplo: o paciente que foi infectado e estava internado, quando recebe alta hospitalar, ele não consegue ficar em casa

sem o oxigênio por menos de 10 dias”, destacou.

Segundo o médico, para um paciente em tratamento da doença em casa, o recomendado é que utilize o oxigênio o dia todo e faça os exercícios de fisioterapia na medida do possível. “Só que o paciente normalmente não fica as 24h do dia no oxigênio, pois o mesmo pausa o uso para

fazer suas necessidades básicas”, pondera.

Por fim, a White Martins se dispôs a fornecer 18 tanques pequenos de oxigênio para ampliar a capacidade de armazenamento dos hospitais de Mato Grosso, mas também depende da ajuda da FAB para realizar o transporte destes tanques, que estão em Minas Gerais.

SEGUNDA ONDA

Analistas aproveitam experiência do ano passado para reduzir impactos da onda mais severa e se empenham para evitar fechamentos

Indústria reduz as expectativas

Gilberto Leite



Da redação

Em meio a uma segunda onda da pandemia ainda mais severa, o medo de novos decretos tem mobilizado grupos de vários setores econômicos numa campanha para amenizar as medidas restritivas e seus efeitos sobre as finanças. Sem se prender aos resultados desses movimentos, o setor da indústria trabalha com a formação de dois possíveis cenários: o otimista e o pessimista.

Mesmo com os setores econômicos trabalhando para não voltar ao cenário de suspensão de todas as atividades não-essenciais, o agravamento da pandemia no país impede projeções mais otimistas. Esse é o caso da indústria.

“Esperamos, em nosso cenário base, que as novas medidas de isolamento social não sejam tão restritivas e/ou duradouras como em 2020. Isso, somado ao fato de

os agentes econômicos estarem mais preparados para operar sob restrições de aglomerações, farão com que a queda na atividade nos meses de março e abril seja menor que a registrada no ano passado”, pontua a Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

Neste mês de março, a entidade que representa segmentos da indústria nacional afirmou que a segunda onda interrompeu a expectativa de recuperação econômica no 1º trimestre.

“Como em março de 2020, novamente há muita incerteza sobre como se dará a evolução da pandemia nos próximos meses e, consequentemente, quais serão as medidas tomadas para lidar tanto com a questão de saúde, como com os efeitos econômicos. Ainda não está clara a profundidade da queda da atividade, nem se haverá medidas de apoio às empresas”, discorre a entidade.

Agora, o novo processo de retomada da atividade econômica deverá ser iniciado a partir de maio. O cenário considerado como base estima que a produção da indústria de transformação caia 19% em março e abril. A queda será inferior à registrada nos mesmos meses de

2020, quando chegou a 31%, e levará o nível de produção para um patamar próximo ao observado em junho de 2020. Nessas circunstâncias, a expectativa é de crescimento de 3% para o PIB de 2021 e de 4,3% para o PIB industrial.

No cenário mais otimista, a previsão é de uma queda menos intensa que a registrada em 2020: 3,6% no acumulado de março a abril. No entanto, esse resultado ainda não prevê os recentes impactos da pandemia. A melhora é esperada para o início de maio, com o avanço da vacinação.

“Para que essas previsões se concretizem é preciso que, a partir de maio e no máximo junho, já tenhamos equacionadas as questões das restrições econômicas causadas pela segunda onda. Isso pode acontecer pelo andamento e também pela chegada da vacina, que é o evento definitivo para que a gente tenha segurança e estabilidade de previsão do cenário econômico para o ano”, avalia Gustavo Oliveira, presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt).

Segundo a confederação, a piora significativa da situação sanitária obrigará os entes públi-



Gustavo Oliveira, presidente da Fiemt, destaca que o cenário ainda é otimista, apesar das incertezas

cos a endurecer as medidas de distanciamento social e de restrição da atividade econômica, que também durarão mais tempo. Neste cenário, o pior deles, o nível de atividade econômica de abril de 2021 será pouco superior ao de abril de 2020, ou seja, será próximo ao pior

momento da pandemia no ano passado. Estima-se uma retração de 11,8% da atividade em março e abril.

Ressaltando que essas expectativas foram sido construídas com base em incertezas, o presidente da Fiemt, Gustavo de Oliveira, aposta na recuperação.

“De maneira geral, o cenário ainda é otimista para a indústria como um todo. Claro, alguns [segmentos] serão mais impactados neste primeiro e no segundo trimestre pelo avanço da epidemia, mas esperamos que a média seja de crescimento positivo neste ano”, finaliza.

QUATRO PARCELAS

Pagamento do novo auxílio será paga nesta terça-feira

Alex Rodrigues/ Abr

Milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social começam a receber, amanhã terça-feira (6), a primeira das quatro parcelas do novo auxílio emergencial. O governo federal prevê conceder o benefício a cerca de 45,6 milhões de pessoas, este ano.

Os recursos serão depositados nas contas digitais que abertas pela Caixa para os beneficiários no ano passado.

Na terça-feira, começam a receber os trabalhadores informais, microempreendedores individuais, desempregados e outras pessoas afetadas pela pandemia da covid-19 nascidas no mês de janeiro, além de integrantes do Cadastro Único do governo federal.

Beneficiários do Bolsa Família receberão de acordo com o calendário habitual do programa, que, em abril, começa a ser pago no dia 16.

As pessoas não terão direito a sacar os recursos no mesmo dia em que receberem, conforme explicou o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, durante anúncio feito no Palácio do Planalto, esta manhã.

O objetivo do escalonamento é motivar as pessoas a usarem os dispositivos digitais e, assim, evitar a ida a bancos e agências lotéricas. “Nossa expectativa é que mais da metade das pessoas realize o pagamento de contas digitalmente”, disse Guimarães. “Já temos

tudo muito bem organizado. Vamos minimizar as filas, pagando o mais rápido possível, com o mínimo de aglomeração possível”, acrescentou Guimarães.

CALENDÁRIO - O calendário completo de pagamentos e saques consta da Portaria nº 622, que o Ministério da

Cidadania publicou nesta quarta-feira (31), no Diário Oficial da União.

Cerca de R\$ 44 bilhões foram destinados ao auxílio emergencial por meio da promulgação da Emenda Constitucional 109/2021, a chamada PEC Emergencial.

A emenda constitucional abriu caminho

para que o governo federal ultrapasse o limite do teto de gastos, sem comprometer a meta de resultado fiscal primário e sem afetar a chamada regra de ouro (espécie de teto de endividamento público para financiar gastos correntes).

PARCELAS - Conforme destacou o ministro

da Cidadania, João Roma, durante o anúncio desta manhã, as quatro parcelas de, em média, R\$ 250, serão pagas a uma pessoa por família, sendo que mulheres chefes de família receberão R\$ 375, enquanto indivíduos que vivem só – família unipessoal – receberão R\$ 150.

Do valor total estabelecido pelo Congresso Nacional, R\$ 23,4 bilhões serão destinados ao público já inscrito em plataformas digitais da Caixa, R\$ 6,5 bilhões para integrantes do Cadastro Único do Governo Federal e R\$ 12,7 bilhões para atendidos pelo Bolsa Família.

BOX PARA BANHEIRO

Qualidade em Vidros!
Segurança, Durabilidade,
Beleza e Conforto.

CASA DOS VIDROS

65.3642-3344

FAÇA HOJE MESMO
O SEU ORÇAMENTO!

A pandemia não acabou. Não feche os olhos para ela.

Não é ignorando um problema que ele vai desaparecer, ainda mais quando se trata de uma pandemia. A Covid-19 já tirou a vida de mais de 250 mil pessoas no Brasil. A vacinação está no começo. Portanto, a melhor maneira de lutar contra o vírus ainda é a prevenção.

Prevenir-se é cuidar de você e de quem você ama.

cuiaba.mt.gov.br



Use máscara o tempo todo ao sair de casa



Ao tossir ou espirrar, cubra a boca e o nariz com o antebraço



Respeite o distanciamento social



Não toque olhos, nariz e boca



Higienize sempre as mãos com água e sabão ou álcool em gel



Se tiver febre, tosse e dificuldade respiratória, procure assistência médica

